

## **MULHER: A QUEBRA DO PARADIGMA DA FUNÇÃO REPRODUTIVA**

Woman: a Breach of the Paradigm of Reproductive Function

Mujer: La Quebra del Paradigma de la Función Reproductiva

### **Rubia Elza Martins de Sousa**

Bacharel em Turismo  
Unir - Discente do Programa de  
Pós-Graduação em Geografia  
e-mail: rrubiaelza@bol.com.br

### **Maria das Graças Silva Nascimento Silva**

Doutora em Geografia  
Unir – Docente do Programa de Pós-Graduação em  
Geografia e Coordenadora do Grupo de  
Estudos e Pesquisas em Geografia,  
Mulher e Relações Sociais de Gênero  
e-mail: gracinhageo@hotmail.com



## Resumo

Diante das mudanças ocorridas, busca-se uma nova configuração do espaço rural, procurando diversificar os produtos e as atividades agrícolas e não-agrícolas, visto que ambas se configuram capazes de promover a inserção dos produtores rurais nas atividades desenvolvidas. Neste contexto de mudanças surgem as atividades pluriativas buscando dar suporte financeiro às famílias, no que tange a ser um elemento suplementar a renda familiar, gerando assim a melhoria da qualidade de vida e fixando essas famílias no campo. Neste sentido nota-se a importância de analisar o papel das mulheres frente ao desenvolvimento de atividades pluriativas no campo, pois atualmente percebe-se uma modificação do papel feminino dentro do contexto familiar rural. As mulheres eram percebidas apenas com papel reprodutivo, papel esse que era desempenhado apenas no âmbito doméstico e que se relaciona em síntese aos afazeres domésticos e ao cuidado com os filhos, enquanto que aos homens cabe o papel produtivo por estarem diretamente ligados ao desenvolvimento da agricultura e pecuária, atividades estas que geram renda monetária. Este artigo busca investigar a quebra do paradigma da função reprodutiva da mulher a partir do desenvolvimento de atividades de cunho pluriativo. Para tal foi utilizada a pesquisa bibliográfica como procedimento metodológico, de forma que as autoras se basearam em livros, artigos científicos, bem como documentos governamentais. Foi constatado com a pesquisa que as mulheres rurais estão cada vez mais inseridas no mercado de trabalho por meio do desenvolvimento de atividades pluriativas, sendo assim é gerada renda complementar à da família através do trabalho feminino, de forma que a mulher passa a ter além do papel reprodutivo o papel produtivo pelo fato de gerar renda por meio de seu desempenho no desenvolvimento de atividades de cunho não-agrícola.

Palavras-Chave: Mulher; Agricultura Familiar; Pluriatividade.



## Abstract

Before the occurred changes it is sought a new configuration in the countryside, seeking to diversify the products and agricultural and non-agricultural activities, since both are configured able to promote the inclusion of farmers in their work. In this context of changes, arise pluriactivities seeking financial support to families, with respect to be a supplemental element in family income, thus creating a better quality of life and setting these families in the countryside. In this regard it is noted the importance of analyzing the women's role front the development of pluriactivities in the field, because today it is seen a change in the women's role in the rural family context. Women were seen only with reproductive role, and this role was played only in the domestic ambit and it is related in synthesis to housework and child care, while for men it is the productive role because they are directly linked to the development of agriculture and cattle raising, activities that are generating cash income. This paper seeks to investigate the paradigm break of the women's reproductive function from development of pluriactivities. For this it was used the literature as a methodological procedure, so that the authors based on books, scientific articles and governmental documents. It has been found through research that rural women are increasingly entering in the labor market through the development of pluriactivities, so additional income is generated to the family by women's work, so that the woman beyond having the reproductive role has the productive too, by the fact that it generates income through its performance in the development of non-agricultural activities.

Keywords: Women; Family Farming; Pluriactivity.



## Resumen

Delante de los cambios ocurridos, se busca una nueva configuración del espacio rural, buscando diversificar los productos y las actividades agrícolas y no-agrícolas, visto que ambas se configuran capaces de promover la inserción de los productores rurales en las actividades desarrolladas. En este contexto de cambios surgen las actividades pluriactivas buscando dar soporte financiero a las familias, en lo que se relaciona con ser un elemento suplementar a la renta familiar, generando así la mejoría de la calidad de vida y fijando a esas familias en el campo. En este sentido se nota la importancia de analizar el papel de las mujeres frente al desarrollo de actividades pluriactivas en el campo, pues actualmente se percibe una modificación del papel femenino dentro del contexto familiar rural. Las mujeres eran percibidas apenas con el papel reproductivo, papel que era desempeñado solamente en el ámbito doméstico y que se relaciona en síntesis a los quehaceres domésticos y al cuidado de los hijos, mientras a los hombres les cabe el papel productivo por estar directamente ligados al desarrollo de la agricultura y pecuaria, actividades que generan renta monetaria. Este artículo busca investigar la quiebra del paradigma de la función reproductiva de la mujer a partir del desarrollo de actividades de tipo pluriactivas. Para eso fue utilizada la investigación bibliográfica como procedimiento metodológico, de forma que las autoras se basaron en libros, artículos científicos, así como documentos gubernamentales. Fue constatado con la investigación que las mujeres rurales están cada vez más insertadas en el mercado del trabajo por medio del desarrollo de actividades pluriactivas, siendo así es generada renta complementaria a la familia a través del trabajo femenino, de forma que la mujer pasa a tener además del papel reproductivo el papel productivo por el hecho de generar renta por medio de su desempeño en el desarrollo de actividades de tipo no-agrícola.

Palabras-Clave: Mujer; Agricultura Familiar; Pluriactividad.



### Aspectos Introdutórios

Parece bastante instigante apresentar as condições e as perspectivas da mulher na agricultura familiar, pois se incentiva a repensar o conjunto familiar não mais como sendo homogêneo, mas como uma situação de convivência entre indivíduos de sexos diferentes, que realizam atividades produtivas e, compartilham um projeto de sobrevivência.

Atualmente, alguns esforços têm sido realizados no que tange ao estudo da participação das mulheres em atividades produtivas no meio rural, uma vez que muitas mudanças relacionadas ao papel feminino na sociedade estão ligadas a inserção da mulher em atividades produtivas dentro ou fora do campo. Sendo assim, o meio rural vem passando por diversas transformações e as mulheres que ali residem tem grande importância na diversificação da produção e no complemento da renda familiar, fato que contribui para favorecer

sua permanência no campo.

Assiste-se, como consequência das mudanças ocorridas no meio rural a uma fragmentação do espaço, em que tem se buscado uma nova configuração do território rural, com novas características, novos arranjos produtivos, na tentativa de diversificação da produção e das atividades, tanto agrícolas como pecuárias. Ambas as atividades se configuram capazes de proporcionar a inserção dos agricultores familiares nas atividades desenvolvidas.

Este contexto da busca por uma nova configuração do espaço rural sugere questões sobre a reprodução da agricultura familiar, ou sua transformação em outras formas de exploração, sustentada não mais exclusivamente na atividade agropecuária, mas na combinação com outros tipos de atividades econômicas, que podem ser realizadas dentro da unidade familiar.

A pluriatividade é percebida como uma estratégia para o desenvolvimento no meio ru-



ral, pois a combinação das atividades agrícolas com as não-agrícolas tem sido visto como uma alternativa de renda aos agricultores familiares, uma vez que a baixa produtividade e a falta de investimentos e efetivação de políticas públicas fazem da produção agropecuária insuficiente para manter as famílias no campo.

Nesse sentido, a pluriatividade ganha importância no meio rural ao possibilitar uma alternativa de complementação da renda agrícola, proporcionando maior valorização do trabalho realizado e, inserindo as mulheres em atividades produtivas não-agrícolas dentro de suas propriedades.

As atividades pluriativas são importantes agentes de fomento, no que tange à garantia da manutenção de atividades agrícolas, de forma a manter a família rural no campo e formular um novo conceito de produção, devido ao incremento da receita da comunidade rural.

Este artigo tem como objetivo investi-

gar a quebra do paradigma da função reprodutiva da mulher a partir do desenvolvimento de atividades de cunho pluriativo. Para tanto este artigo é iniciado com uma discussão sobre a divisão sexual do trabalho no modo de produção familiar, focalizando o papel das mulheres dentro da unidade de produção. Na segunda etapa foram apresentados alguns direitos conquistados pelas agricultoras familiares no decorrer dos anos. Na terceira etapa foi apresentada a situação de desigualdade que é comumente observada entre os homens e mulheres que residem no campo, em que as mulheres geralmente têm o papel único de reprodução social dentro do lar. E por fim foram feitas as devidas conclusões sobre o trabalho.

### **Agricultura Familiar: Divisão Sexual do Trabalho**

Nos dias atuais os debates sobre agricultura familiar têm ganhando cada vez mais espaço nas



discussões sociais, políticas e acadêmicas, de forma que tem sido muito utilizada nos discursos dos movimentos sociais ligados ao campo, pelos órgãos governamentais e dentro da academia por estudantes e pesquisadores, principalmente aqueles ligados as ciências sociais.

A expressão "agricultura familiar" teve destaque no contexto brasileiro na metade da década de 1990 paralelamente à efervescência dos movimentos sociais no campo comandado pelo sindicalismo rural ligado à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag (SCHNEIDER, 2003, p. 2). Essa categoria social não é recente, mas nos últimos anos foi lhe atribuída uma importância especial, colocando-a assim tão em voga.

Mesmo diante de desafios como a falta de crédito agrícola e queda dos preços dos principais produtos agrícolas que eram exportados, a agricultura familiar mostrou-se capaz de oferecer proteção a um conjunto de categorias sociais compostas por assentados, arren-

datários, parceiros, integrados à agroindústria, entre outros.

Agricultura familiar pode ser definida como "aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo" (Wanderley, 1999, p.25). É importante que haja uma estreita relação entre o que é produzido e o que é consumido. Sendo assim, na agricultura familiar o trabalho conjunto dos membros da família, objetiva o sustento coletivo e integra os laços consangüíneos à esfera da produção.

A organização familiar da agricultura está presente em todos os estados brasileiros e é, um segmento muito importante para a economia das comunidades que vivem no meio rural, uma vez que é considerado um setor estratégico para manter ou mesmo recuperar empregos, bem como para distribuir de forma igualitária a renda, garantindo a supremacia alimentar da nação.



A agricultura familiar é constituída por pequenos e médios produtores rurais e representa grande parte dos produtos advindos do meio rural. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA - destaca que o segmento detém 20% das terras e corresponde a 30% da produção global. Em alguns produtos básicos da dieta da população brasileira, tais como: feijão, milho, arroz, mandioca, hortaliças e pequenos animais, atingem cerca de 60% da produção nacional. (EMBRAPA, 2004).

Torrens (2005) afirma que a agricultura familiar, de um modo geral, é o segmento social responsável pela maioria absoluta dos estabelecimentos rurais do país, de forma que contribui significativamente para a dinamização das economias locais e também para a garantia de grande parte da produção agrícola nacional.

Para confirmar a informação acima, o Censo Agropecuário 2006, constatou que foram identificados 4.367.902 estabelecimentos

rurais da agricultura familiar, o que representa 84,4% dos estabelecimentos rurais. O fato de agricultura familiar deter apenas 20% das terras reafirma que a estrutura agrária brasileira ainda é fortemente concentrada, de forma que grande quantidade de terra (75,7%) está concentrada nas mãos de um pequeno número de latifundiários (IBGE, 2009).

Dentro do enfoque da relevância socioeconômica da agricultura familiar no Brasil é evidente que a contribuição da mulher no que tange ao trabalho dentro da propriedade ainda é pouco reconhecida. Grande parte dos estudos relacionados às mulheres tende a considerá-las a partir de seu lugar dentro da unidade de produção, enfocando sua condição de trabalhadora não remunerada e com ignóbil valorização. De acordo com Melo, Cappellin e Castro (2008, p.84), “[...] o desconhecimento da especificidade da contribuição das mulheres leva a aumentar a subestimação das práticas por elas exercidas no espaço familiar e no





produtivo, acentuando a ideia do subemprego das mulheres”.

O Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais comprovou em pesquisa que na agricultura o modo de produção familiar ainda conserva desigualdades de gênero, em que o homem-marido aparece no contexto familiar com um papel privilegiado enquanto chefe da família e da produção. Neste sentido cabe as mulheres o papel reprodutivo e o do ambiente familiar, cultivando hortaliças, criando pequenas criações, e realizando os serviços domésticos. Ao homem compete todos os serviços de cunho produtivo, que estão diretamente ligados ao mercado (DESER – CEMTR/PR,1996).

Enfocar gênero na agricultura compreende o estudo das diferentes implicações quanto às diferenças e especificidade entre os papéis sociais e econômicos das mulheres e dos homens que habitam neste espaço.

Todos os serviços realizados pelas mulheres dentro da unidade de produção são con-

siderados pelos homens apenas como “ajuda”, refletindo a desvalorização do trabalho feminino pela sociedade de uma forma geral, visto que as tarefas domésticas não possuem relação com o mercado, não gerando assim renda monetária.

O Relatório de 1988 da Secretaria da Comissão Feminina das Comunidades Européias apresenta que o trabalho feminino nas unidades de produção é entendido como obrigação natural que a mulher tem de auxiliar seu cônjuge, pois a atividade profissional e a vida familiar são desenvolvidas no mesmo âmbito (BRUMER 1996, p. 28).

A divisão sexual mostra-se como natural no campo, sendo até mesmo inevitável. Ela está objetivada nas coisas, nos procedimentos sociais, funcionando como um sistema de percepção, pensamento e ação. Isto porque há uma concordância entre estruturas que são objetivas e outras cognitivas, de forma a legitimar o arbitrário como natural.



As mulheres vivem insatisfeitas com sua condição de inteira subordinação. A divisão do trabalho na esfera familiar lhe destina unicamente o papel reprodutivo, fazendo com que as mesmas se sintam desvalorizadas e totalmente dependente financeiramente de uma figura masculina, seja ela o marido, ou mesmo o pai.

A lida do campo é identificada como trabalho produtivo, pois gera valor monetário, mas quando o mesmo é realizado pelas mulheres ele não passa de uma mera "ajuda", de forma que este espaço é de exclusiva gerencia do homem, sendo considerado um ambiente masculino, legitimando seu controle sobre essa área.

Contudo, mesmo diante das peculiaridades relacionadas à divisão sexual do trabalho, da desvalorização do trabalho feminino no âmbito rural, bem como de outras adversidades socioeconômicas, a produção familiar na agricultura, tem mostrado sua representatividade

nos setores econômicos do país.

### **A Agricultora Familiar em Busca de seus Direitos**

As últimas quatro décadas foram marcadas pelas batalhas femininas, trazendo ao enfoque na pauta dos movimentos sociais as mulheres que vivem no meio rural, sendo assim, novos temas passaram a compor os assuntos relacionados às lutas sociais.

Nas décadas de 1980 e 1990 as mulheres tiveram acesso a muitos direitos que antes lhes eram negados, isso por conta dos movimentos feministas que emergiram nos anos 1960, trazendo a tona o papel e o lugar da mulher na sociedade. Estes movimentos se originaram no meio urbano, mas também refletiram no campo.

Historicamente as mulheres não foram reconhecidas pelo Estado e pela sociedade como agricultoras familiares, nem como assen-



tadas. As políticas públicas eram destinadas a família de uma forma geral, não se orientando com um enfoque para as mulheres. Somente nos últimos anos houve mudanças em relação à criação de mecanismos governamentais com ações efetivamente voltadas para o direito das mulheres que residem em áreas de assentamentos rurais, dentre as conquistas destacou-se, o direito a aposentadoria e ao salário maternidade (BUTTO; HORA, 2008, p. 17).

Para ter acesso às políticas públicas é necessária a documentação pessoal, fato que dificulta as agricultoras familiares acessarem estes programas governamentais, visto que ainda existem muitas delas sem documentação. A falta de documentos pessoais acarreta muitas dificuldades a estas mulheres, pois sem estes as agricultoras além de não acessarem a nenhuma política pública, ficam impossibilitadas de serem sócias de associações, de cooperativas e de sindicatos.

Foi na perspectiva de solucionar o pro-

blema da falta de documentação no campo que o Ministério do Desenvolvimento Agrário, no ano de 2004, criou o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural – PNDTR – que faz emissão de documentos civis e trabalhistas. Este programa realiza ações educativas, objetivando o esclarecimento das beneficiárias quanto à utilização dos documentos, bem como sobre as políticas públicas, orientando sobre as formas de acesso (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, s/d).

A Marcha das Margaridas trouxe outro importante ganho para as agricultoras familiares, pois foi por meio deste movimento que o Governo Federal através da Portaria 981/2003 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA - estabeleceu a obrigatoriedade da titulação conjunta (FARIA, 2009, p.25). Faz-se importante mencionar que esta ação já havia sido prevista pela Constituição de 1988, porém não havia nenhum instrumento que a tornasse legal, foi apenas com a Portaria do



INCRA que a titulação conjunta para lotes de assentamentos passou a ser obrigatória.

Outra grande conquista para as mulheres foi à normatização de assistência técnica para assentados da reforma agrária recomendando a inclusão das mulheres, conquista esta obtida por meio de articulação entre órgãos governamentais e sociedade civil, sendo assim, o manual da ATES – Projeto de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – foi ajustado, visando promover a igualdade entre homens e mulheres.

Foi atribuído ao ATES a promoção entre homens e mulheres assentadas de reforma agrária, sendo assim, o conhecimento das agricultoras familiares passou a ser valorizado e reconhecido, incluindo estas nos processos de construção do saber com metodologias que tem como objetivo dar visibilidade e transformar a divisão sexual do trabalho, incorporando as demandas individuais e coletivas das mulheres na produção.

Mais recentemente as mulheres assentadas passaram a ter uma linha de crédito especial do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento de Agricultura Familiar – denominada de PRONAF Mulher. Com o Plano Safra 2005/2006 estas mulheres assentadas por meio do PRONAF Mulher passaram a ter direito a uma operação de microcrédito rural, para que as mesmas desenvolvessem atividades produtivas em suas propriedades (BUTTO, 2006).

As condições do PRONAF Mulher para mulheres assentadas são de um financiamento de até um mil reais, sendo que a taxa de juros é de um por cento ao ano e com prazo de pagamento de até dois anos, de forma que aquelas que pagam as parcelas em dia ganham um desconto de 25%.

Os movimentos sociais de trabalhadoras rurais vêm reivindicando políticas públicas de apoio à produção e, este fato repercutiu sobre a família e sobre o Estado, de forma que sur-



giram organizações econômicas de mulheres e movimentos que passaram a reconhecer e abordar o tema da autonomia econômica das mulheres. Como resultado destas lutas, as políticas públicas passaram a reconhecer a um conjunto de novas demandas (BUTTO, 2006).

Neste contexto de mudanças no perfil da trabalhadora rural, em que a mesma tem se tornado mais ativa, no que tange a não produzir somente para o autoconsumo, mas também para comercialização, surge a pluriatividade, termo este que será explanado com maior riqueza de detalhes no decorrer do texto. As atividades pluriativas objetivam trazer impactos socioeconômicos positivos as comunidades rurais, trazendo a estas a diversificação da renda mensal familiar.

### **Agricultoras Familiares: Em Busca do Reconhecimento de sua Função Produtiva**

A Fundação Perseu Abramo fez um trabalho de campo no ano de 2001 e também utilizou

dados secundários da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para assim coligir informações em todo o país sobre o perfil das brasileiras. Sendo assim, constatou-se que brasileiras valorizam grandemente a liberdade conquistada, desta forma em resposta à pergunta "Como é ser mulher hoje? 39% das mulheres salientaram sua inserção no mercado de trabalho e a independência que isto lhes confere; 33% referiram-se à liberdade de agir segundo seu desejo e, desta sorte, poder tomar decisões [...]" (SAFFIOTI, 2004, p. 43).

De acordo com a legislação a igualdade entre os gêneros existe, mas o problema reside na prática, sendo que as especificações dos papéis tradicionais apontam tão somente o lado negativo de ser mulher. Ainda segundo a pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo e a IBGE, 11% das mulheres entrevistadas afirmam que a jornada dupla, em que o serviço doméstico e o trabalho assalariado



somam-se, é considerada algo negativo; 7% das interrogadas manifestaram descontentamento quanto ao desnível de salário entre homens e mulheres; 5% estão insatisfeitas com relação a sua inferioridade diante dos elementos masculinos (SAFFIOTI, 2004).

Os números revelados pelos dados acima comprovam a necessidade de tornar mais visível e explícito as diversas modalidades de violência praticada contra as mulheres, visto que muitas destas são tão sutis que nem mesmo na maior parte das vezes podem ser notadas.

O trabalho remunerado e o trabalho não-remunerado, realizado por mulheres, são duas dimensões do trabalho social que estão fortemente ligadas. “[...] prevalecia à noção de que a produção para o mercado e o trabalho doméstico seriam regidos por diferentes princípios, isto é, regras do mercado se aplicariam à produção enquanto o trabalho doméstico seria, por assim dizer, um dote natural [...]” (SORJ, 2004, p. 107). O trabalho domésti-

co durante muitos anos foi aportado como um símbolo de troca, de forma que cabia a mulher oferecer esse serviço ao marido e em troca caberia ao mesmo lhe oferecer o sustento material e, foi também por essa razão que o trabalho doméstico ficou por muito tempo invisível.

No mundo rural as relações sociais ainda não foram contaminadas com o novo papel da mulher frente à sociedade, fato que fica evidenciado nas palavras de Melo e Sabbatto (2008), “A pretensa naturalidade da divisão sexual do trabalho, onde cabem às mulheres os afazeres domésticos, denunciado pelo movimento das mulheres com tanto impacto no espaço urbano, aparentemente ainda é tímido no campo”.

O véu que encobre o trabalho feminino realizado no campo é consequência da cultura patriarcal, em que há a dominação da figura masculina e, esta dominação exercida pelos homens acaba por definir um papel inferiorizado da mulher perante a sociedade. Quan-



do se trata em específico das mulheres rurais essa questão é mais exacerbada, visto que há um introjeção por parte das mulheres quanto à ideologia patriarcal.

No campo e principalmente na agricultura familiar é muito comum que as próprias mulheres não se identifiquem como trabalhadoras (SILIPRANDI, 2004). Este fato acontece principalmente quando essas realizam apenas algumas tarefas consideradas como secundárias com relação aos produtos econômicos que são mais importantes para a renda mensal familiar.

É neste contexto de grande desigualdade de gênero no campo que surge o desenvolvimento de atividades pluriativas, que como já mencionado no texto, tem como umas das principais funções o complemento da renda familiar advinda do desenvolvimento das atividades tradicionais realizadas dentro da propriedade. Foi partir dos anos 1970, que na América Latina, surgiu essa nova tendência no meio rural, que é a diversificação das estraté-

gias de sustento familiar; este fato tem como uma das implicações o aumento da participação das mulheres e sua inserção em atividades de cunho não-agrícola (SCHNEIDER, 2010, p.57).

A pluriatividade, ou as atividades não-agrícolas no meio rural, são um fenômeno em que famílias de agricultores tradicionalmente ocupadas com atividades estritamente agrícolas passam a desenvolver outras atividades como estratégia de complementação de renda (MARAFON, 2006, p. 67). Essa complementação pode vir através da venda da força de trabalho familiar, da prestação de serviços, ou de iniciativas internas da propriedade como o turismo rural, o artesanato, diversificação na produção e pequenos beneficiamentos de seus produtos.

Uma família que desenvolve atividades de cunho não-agrícola, não é necessariamente uma família pluriativa, pois para serem consideradas famílias pluriativas é necessário que



haja a combinação entre atividades agrícolas e não-agrícolas, mesmo que essa combinação seja realizada por apenas um membro da família (SCHNEIDER, 2006, p. 48).

A pluriatividade não produz tantas mudanças no que tange aos padrões de habitação e de consumo, mas contribui para a reprodução das famílias e sua permanência no desenvolvimento da agricultura, além de fixá-las no campo. As mulheres têm um papel importante no desenvolvimento destas atividades pluriativas, uma vez que cabe a elas na maior parte das vezes, a responsabilidade quanto à realização dessas atividades, visto que os homens sempre estão atarefados com a lida no campo.

Os rendimentos financeiros relacionados ao desenvolvimento de atividades pluriativas, não possuem o mesmo caráter familiar indivisível, como os das atividades de cunho agrícola realizadas nas unidades de produção, sendo essas últimas gerenciadas pelo chefe da família, sendo em sua maioria uma figura

masculina. Desta forma, quando as mulheres se envolvem como o desenvolvimento da pluriatividade rompe-se com os padrões das relações de poder exercidos pelo homem, gerando autonomia e evitando a migração da mulher para o meio urbano.

Há outro viés dentro da temática de gênero na agricultura familiar que deve ser levado em conta que é a figuração das mulheres como chefes de família. Isso se deve ao fato da migração do homem para os centros urbanos em busca de emprego externo a unidade de produção, visto que a produção interna já não tem sido suficiente para o sustendo da família (DEER, 2006, p.23). Com a migração do homem para a cidade, recai sobre a mulher toda a carga de responsabilidade com desenvolvimento das atividades produtivas que antes eram responsabilidades do homem, além dos afazeres domésticos, e da missão de mãe que sempre será sua.

Existem alguns casos que as mulheres





assumem o lugar do marido dentro da propriedade, fato que se dá pelo divórcio ou mesmo por viuvez, desta forma, essas mulheres adquirem o direito de usufruto sobre a propriedade, o que lhes garante autoridade. Neste caso em específico as mulheres passam a reproduzir os valores patriarcais que orientavam as relações familiares (CARNEIRO, 1998). Dentre estes valores patriarcais reproduzidos encontra-se a obrigação de sustentar financeiramente a família e para tal, cabe à mulher a lida no campo, desenvolvendo atividades de cunho agropecuário, além das atividades que tradicionalmente devem ser desenvolvidas pela mesma, tais como: o cuidado dos afazeres domésticos e o cuidado com os filhos.

A renda mensal de famílias que são chefiadas por mulheres fica comprometida por diversos fatores, dentre eles pode-se destacar: a discriminação que ainda existe no campo quanto à figura feminina, o que dificulta o escoamento da produção, pois são encontra-

dos obstáculos no momento da negociação dos elementos produzidos por ela em sua parcela; a dificuldade em conciliar a lida no campo com o cuidado dos filhos, visto que em grande parte dos casos as mulheres não têm onde, nem com quem deixar os filhos durante o dia; a falta de acesso às informações, no que tange às formas mais eficazes de produção, dentre outros.

É importante salientar que as atividades pluriativas são de grande importância para famílias monoparentais, visto que o desenvolvimento destas atividades será de grande auxílio no complemento da renda mensal, que na maioria das vezes fica comprometido pela falta da figura paterna na família. Dentre algumas atividades pluriativas realizadas por mulheres agricultoras destaca-se: fabricação, mesmo que em pequena escala, de artesanato; doces em compotas; doces em barra; produtos derivados da produção agropecuária, como, queijo e requeijão; bolos, dentre outros.



Para Schneider (2007, p. 22), “à medida que as famílias conseguem ter um portfólio mais diversificado de opções de trabalho, tornando-se pluriativas, suas rendas tendem a se elevar, a adquirir maior estabilidade, e as fontes tendem a se diversificar”

Portanto, nota-se a importância do desenvolvimento de atividades pluriativas para a reafirmação do admirável papel da mulher agricultora. Estas atividades tem como resultado final a geração de renda monetária, de forma a auxiliar no complemento da renda familiar, melhorando a qualidade de vida da família e, aumentando assim, a auto-estima das mulheres, visto que perante a sociedade elas passam a ser mais valorizadas.

### **Para não Deixar de Finalizar**

Ao longo do texto ficou evidenciada a questão da divisão sexual do trabalho no meio rural, foi colocado que aos homens cabe o papel produ-

tivo, visto a lida no campo é de inteira responsabilidade sua; à mulher compete o papel reprodutivo, pois o seu trabalho em grande parte se restringe à esfera doméstica. É dentro dessas categorias (produtiva e reprodutiva) que há a desigualdade segregadora entre a figura masculina e a feminina, pois ao homem é dado o papel produtivo, uma vez que a atividade que o mesmo desenvolve gera renda monetária ao passo que as atividades reprodutivas que as mulheres desenvolvem não geram tributos financeiros.

Com o passar dos anos as mulheres estão conquistando seu espaço no meio rural, mas muitas lutas foram e ainda são travadas por meio de movimentos sociais para que a conquista deste espaço. O Governo Federal por meio de uma série de políticas públicas tem impactado positivamente a vida das agricultoras familiares, permitindo assim que as mesmas tenham seu reconhecimento dentro da unidade de produção.



Ficou manifestado neste escrito que as mulheres tem se despertado para conduzirem o desenvolvimento de atividades pluriativas dentro das unidades de produção, visto que seus esposos estão sempre ocupados com as atividades de cunho agrícola e agropecuário. Percebe-se que é gerada certa autonomia no que tange a tomada de decisões, bem como a questões financeiras quando essas mulheres começam a desenvolver atividades pluriativas, pois elas passam a estar presentes tanto na esfera reprodutiva como na produtiva, de forma que com o desenvolvimento das atividades pluriativas conseguem juntamente com o marido sustentarem financeiramente o lar.

Contudo, este estudo mostrou as desigualdades referentes ao gênero feminino no que tange a divisão do trabalho no campo brasileiro. Atualmente mulheres agricultoras têm dado assistência quanto à questão financeira à esfera da unidade de produção, pois essas têm visto a pluriatividade como alternativa para

complementar a renda que é gerada pelo desenvolvimento das atividades tradicionais, atividades estas que são geridas em sua maioria pela figura masculina. É neste contexto que há a quebra do paradigma reprodutivo da mulher, pois estas passam a ser consideradas com o papel produtor pelo fato de gerarem renda monetária com seu trabalho pluriativo.



## Referências Bibliográfica

BERGAMASCO, S. M.; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BRASIL. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Disponível em: [http://www.cnpso.embrapa.br/index.php?op\\_page=22&cod\\_pai=16](http://www.cnpso.embrapa.br/index.php?op_page=22&cod_pai=16). Acesso em 21 de julho de 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/aegre/programas/pndtr>. Acesso em 15 de fevereiro de 2012.

BUTTO, A.; HORA, K. E. R. Mulheres e reforma agrária no Brasil. In: LOPES, A. L.; BUTTO, A. **Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008.

\_\_\_\_\_. Políticas para mulheres trabalhadoras rurais: um compromisso de todos os dias. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília: MDA, 2006.

BRUMER, Anita. Mulher e desenvolvimento rural. In: PREVESLOU, Clio; ALMEIDA, Francesca; ALMEIDA, Joaquin Anécio (Orgs.). **Mulher, família e desenvolvimento rural**. 1. ed. Santa Maria: UFMS, 1996, p. 48-50.

CARNEIRO, M. J. **Camponeses, agricultores & pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

FARIA, N. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. In: DI SABATTO, A. (Org.) **Estatísticas rurais e economia feminista: um olha sobre o trabalho das mulheres**. Brasília: MDA, 2009.

DEER, C. D. La feminización de la agricultura? Asalariadas, campesinas y reestructuración económica em La América Latina Rural. In: **VII Congresso ALASRU**. N. 4, México. Nov. 2006, p. 77-136.



DESER – CEMTR. DEPARTAMENTO SINDICAL DE ESTUDOS RURAIS. COMISSÃO SINDICAL DE ESTUDOS RURAIS. COMISSÃO ESTADUAL DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DO PARANÁ. **Gênero e agricultura familiar:** cotidiano de vida e trabalho na produção de leite. 1ed. Curitiba, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006:** agricultura familiar primeiros resultados. Rio de Janeiro, p. 1- 267, 2006.

MARAFON, G. J. **Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural:** Reflexões a partir do território fluminense. Uberlândia: Revista de Geografia Agrária, 2006.

MELO, H. P. de; SABBATO, A. Di. Mulheres Rurais: invisíveis e mal remuneradas. In: BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

\_\_\_\_\_, CAPPELLIN, P.; CASTRO, E. G. de. Agricultura familiar nos assentamentos rurais: nas relações entre as mulheres e os homens. O caso do Ponto de Paranapanema. LOPES, A. L.; BUTTO, A. (Orgs.). Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil. Brasília: MDA, 2008.

ROSA, S. L. C. **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Local Sustentável.** Foz do Iguaçu: SOBER, 1999.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCHNEIDER, S. **As atividades não-agrícolas e as transformações do espaço rural:** perspectivas recentes. Cap. 3 da Tese de Doutorado. Agricultura Familiar e Pluriatividade. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

\_\_\_\_\_. **A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil.** Revista de Política Agrícola, 3, p. 15-34, 2007.



SCHNEIDER, S; CONTERATO, M.; KOPPE, L.; CASTILHO E SILVA, C. A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do RS. In: SCHNEIDER, S. (org.) **A diversidade de agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

SILIPRANDI, E. Urbanas e rurais: a vida que se tem, a vida que se quer. In: VENTURINI, G.; RECAMÁN, M.; OLIVEIRA, de. S. (Orgs). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SORJ, B. Trabalho remunerado e trabalho não-remunerado. In: VENTURINI, G.; RECAMÁN, M.; OLIVEIRA, de. S. (Orgs). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

TORRENS, J. C. S. **Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável do Brasil rural**. Boletim do Departamento de Estudos Sócio-econômico rurais – DESER, Curitiba, nº48, 2005.

WANDERLEY, M. de N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: TEDESCO, J. C. (org.). Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

